

TOP CIDADANIA

CASE 2026

Categoria: Organização | Modalidade: Comunidade



JTI PROCESSADORA DE TABACO DO BRASIL LTDA

CNPJ: 03.334.170/0001-09. Avenida Presidente Castelo Branco, 1285, Santa Cruz do Sul/RS, CEP: 96.835-666

Cristina Quatke - Gerente de Assuntos Corporativos & Comunicação

Marco Aurelio Dreyer Andrade Silva - Gerente de ESG

Sirlei Aparecida Kloppel - Supervisora de Projetos de ESG



Índice

Introdução.....	1.
Contextualização institucional – JTI.....	2.
Sobre o Programa ARISE.....	2.
1. Diagnóstico inicial	3.
2. Referencial teórico	4.
3. Objetivos: geral e específicos.....	6.
4. Locais de realização das atividades	7.
5. Público-alvo e engajamento	8.
6. Formas de articulação e participação do público	10.
7. Metodologia	11.
8. Continuidade do case ARISE	12.
9. Orçamento.....	13.
10. Indicadores de monitoramento e avaliação.....	14.
11. Impactos e benefícios	15.
12. Conclusão	18.
13. Bibliografia.....	19.
14. Informações dos Responsáveis.....	20.

Sinopse

O trabalho infantil no meio rural ainda é um desafio relevante no Brasil, especialmente em comunidades com vulnerabilidades socioeconômicas, oferta limitada de atividades no contraturno escolar e forte influência de práticas culturais ligadas ao trabalho familiar. Nesse contexto, a permanência na escola nem sempre é suficiente para afastar crianças e adolescentes de situações de risco.

Desde 2012, a JTI implementa no Rio Grande do Sul o programa ARISE, voltado à prevenção do trabalho infantil por meio de uma abordagem integrada em três pilares: Educação e Conscientização, Empoderamento Socioeconômico e Legislação e Regulamentação. Agrega ações de conscientização e práticas conjuntas nos territórios.

O ARISE já impactou mais de 6.700 crianças e adolescentes, conscientizou 60.877 pessoas e apoiou 459 participantes em iniciativas de geração de renda, com atuação em 17 municípios e 71 escolas. Os impactos incluem maior engajamento escolar, fortalecimento da conscientização sobre o tema e da autonomia das famílias, além da articulação da rede local de proteção à criança e ao adolescente. O ARISE se consolida como um modelo replicável e escalável de prevenção do trabalho infantil no meio rural.

Contato JTI:

Introdução

O programa ARISE – Alcançando a Redução do Trabalho Infantil pelo Suporte à Educação – é uma iniciativa global da JTI voltada à prevenção do trabalho infantil em comunidades rurais produtoras de tabaco. Seu propósito é contribuir para a proteção de crianças e adolescentes por meio de ações integradas de educação, conscientização e fortalecimento socioeconômico.

A implementação do programa responde a desafios ainda presentes no meio rural, como vulnerabilidades socioeconômicas, oferta limitada de atividades no contraturno escolar e fragilidades na articulação da rede local de proteção à criança e ao adolescente, fatores que podem ampliar o risco de inserção precoce dos menores em atividades produtivas.

No Brasil, atividades consideradas perigosas, insalubres ou noturnas — incluindo aquelas relacionadas ao cultivo do tabaco — são proibidas para menores de 18 anos, conforme a legislação vigente (BRASIL, 2023; BRASIL, 2024). Nesse contexto, o ARISE atua de forma preventiva, promovendo conscientização, fortalecimento comunitário e ampliação de oportunidades para crianças, adolescentes e suas famílias.

A metodologia do programa está estruturada em três pilares complementares: Educação e Conscientização, Empoderamento Socioeconômico e Legislação e Regulamentação. Ao integrar educação, geração de renda e mobilização comunitária, o ARISE contribui para romper ciclos de vulnerabilidade e ampliar oportunidades e perspectivas de futuro no meio rural.

Contextualização institucional – Sobre a JTI

A JTI é uma das líderes globais nos setores de tabaco e nicotina, com atuação em mais de 130 países. Em Santa Cruz do Sul (RS), concentra importante parte de sua cadeia produtiva, incluindo pesquisa agrônômica, beneficiamento de tabaco, fabricação e exportação.

A operação no Brasil envolve mais de 2.800 colaboradores e cerca de 12 mil produtores integrados. Com atuação orientada por princípios de qualidade, sustentabilidade e responsabilidade social, a JTI desenvolve iniciativas voltadas ao fortalecimento das comunidades onde está presente.

Sobre o Programa ARISE

O ARISE é uma iniciativa global da JTI voltada à prevenção do trabalho infantil em sua cadeia de valor, especialmente em contextos rurais. No Rio Grande do Sul, o programa atua desde 2012 em parceria com municípios, escolas e organizações locais, promovendo ações de educação, conscientização e fortalecimento socioeconômico.

No Brasil, o programa está vinculado à área de ESG, responsável pelo direcionamento estratégico, planejamento e monitoramento das ações, com suporte da área de Assuntos Corporativos e Comunicação no relacionamento com parceiros e na consolidação das evidências de impacto.

1. Diagnóstico Inicial

O programa ARISE foi concebido a partir do reconhecimento de que crianças e adolescentes do meio rural permanecem expostos ao risco de trabalho infantil, mesmo

quando matriculados e frequentando a escola. Essa vulnerabilidade está associada a fatores como limitações socioeconômicas, necessidade de complementar a renda familiar e aspectos culturais relacionados ao trabalho no campo.

Em muitos territórios rurais, a oferta limitada de atividades no contraturno escolar amplia o tempo ocioso e a exposição de crianças e adolescentes a situações de risco. Soma-se a isso a fragilidade da articulação entre instituições locais e rede de proteção, que nem sempre dispõem de informações, recursos ou mecanismos adequados para prevenção e encaminhamento de casos.

Diante desse contexto, o ARISE foi estruturado para atuar de forma integrada em três frentes complementares: educação e conscientização, empoderamento socioeconômico e Legislação e Regulamentação. No eixo educacional, o programa promove oficinas e atividades formativas no contraturno escolar, contribuindo para o fortalecimento do vínculo com a escola e para o desenvolvimento de competências e perspectivas de futuro.

No eixo socioeconômico, são desenvolvidas iniciativas voltadas à diversificação produtiva, geração de renda e estímulo ao empreendedorismo rural, com atenção especial ao fortalecimento da autonomia de mulheres e jovens. Já no campo da Legislação e Regulamentação, o programa atua em parceria com municípios e organizações locais para fortalecer a rede de proteção e apoiar ações preventivas e de encaminhamento relacionadas ao trabalho infantil.

Assim, o diagnóstico que fundamenta o ARISE evidencia que o trabalho infantil no meio rural está relacionado a múltiplas vulnerabilidades e demanda respostas

contínuas, articuladas e territorializadas, capazes de promover proteção social e oportunidades de desenvolvimento para crianças, adolescentes e suas famílias.

2. Referencial Teórico

A metodologia do programa ARISE está fundamentada em referenciais teóricos e institucionais que evidenciam a complexidade do trabalho infantil e a necessidade de estratégias integradas para sua prevenção, especialmente em contextos rurais. Estudos da Organização Internacional do Trabalho (OIT), do UNICEF e da FAO apontam que o trabalho infantil está diretamente relacionado à pobreza, à desigualdade social, à insegurança econômica das famílias e ao acesso limitado à educação de qualidade, comprometendo o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes e perpetuando ciclos de vulnerabilidade (OIT; UNICEF, 2021; FAO, 2020).

Nesse contexto, organismos nacionais e internacionais destacam que o enfrentamento ao trabalho infantil demanda ações articuladas entre educação, proteção social, fortalecimento das famílias e mobilização comunitária. O Ministério do Trabalho e Emprego reforça a importância de iniciativas preventivas e da atuação integrada da rede de proteção na identificação e encaminhamento de situações de risco (BRASIL, 2023).

A dimensão educacional ocupa papel central nesse processo. O fortalecimento do vínculo com a escola e a ampliação de oportunidades educativas no contraturno contribuem para a proteção integral de crianças e adolescentes, especialmente em territórios socialmente vulneráveis. O Ministério da Educação destaca a relevância de ações que promovam pertencimento, escuta ativa e participação dos jovens no ambiente escolar (BRASIL, 2024).

No meio rural, a prevenção ao trabalho infantil exige intervenções que considerem as especificidades territoriais, as dinâmicas da agricultura familiar e os fatores culturais relacionados ao trabalho precoce. Publicações sobre prevenção do trabalho infantil destacam que iniciativas mais efetivas são aquelas que articulam educação, fortalecimento comunitário e mobilização territorial (FNPETI, 2017).

Outro aspecto relevante refere-se ao fortalecimento da autonomia e das oportunidades das famílias no meio rural. Estudos recentes destacam que iniciativas voltadas ao empoderamento socioeconômico de mulheres e jovens contribuem para reduzir vulnerabilidades, ampliar capacidades e fortalecer condições de proteção social e desenvolvimento comunitário (CASTRO, 2019).

A literatura também evidencia que programas desenvolvidos em parceria com poder público, escolas e organizações locais apresentam maior potencial de efetividade e sustentabilidade, ao fortalecer redes de proteção e promover ações coordenadas de prevenção ao trabalho infantil (FNPETI, 2017; VICENTE; ALVES; LEÃO, 2025).

Dessa forma, o ARISE dialoga diretamente com esses referenciais ao adotar uma atuação integrada, participativa e conectada às realidades locais, combinando educação, desenvolvimento socioeconômico e articulação institucional como estratégias centrais para a prevenção do trabalho infantil. O ARISE também se conecta aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente aos ODS 8 — Trabalho Decente e Crescimento Econômico; ODS 12 — Consumo e Produção Responsáveis; e ODS 17 — Parcerias e Meios de Implementação.

3. Objetivo geral:

Contribuir para a redução do trabalho infantil em comunidades produtoras de tabaco nas regiões de atuação da empresa, por meio de uma abordagem integrada que promova o acesso à educação, o fortalecimento das condições socioeconômicas das famílias e a articulação institucional para a proteção de crianças e adolescentes.

Objetivos específicos:

Com base na estrutura do programa, organizada em três pilares de atuação, os objetivos específicos foram definidos de forma a orientar e potencializar os resultados esperados em cada uma dessas frentes:

3.2.1 Pilar Educação e Conscientização

Ampliar o acesso de crianças e adolescentes a atividades educacionais e formativas no contraturno escolar, contribuindo para sua permanência na escola, para o desenvolvimento de competências e para a conscientização de famílias e comunidades sobre os riscos e consequências do trabalho infantil.

3.2.2 Pilar Empoderamento Socioeconômico

Fortalecer a autonomia econômica de famílias do meio rural, com foco em mulheres e jovens, por meio de iniciativas de capacitação, diversificação produtiva e estímulo ao empreendedorismo, fomentando a sucessão rural e reduzindo a dependência de práticas que possam favorecer o trabalho infantil.

3.2.3 Pilar Legislação e Regulamentação

Apoiar o fortalecimento da rede de proteção local por meio da articulação com parceiros institucionais e poder público, contribuindo para a prevenção, identificação

e encaminhamento de situações de trabalho infantil, bem como para a aplicação dos instrumentos legais de proteção à infância e adolescência.

4. Locais de realização das atividades

Ao longo de mais de uma década, o ARISE ampliou gradualmente sua atuação territorial, passando de quatro localidades no início de sua implementação, em 2012, para presença em 17 municípios do Rio Grande do Sul até 2025. Essa trajetória evidencia a capacidade de adaptação do programa às diferentes realidades locais, bem como seu compromisso com a continuidade e o fortalecimento das ações nas comunidades envolvidas.

Os municípios atendidos concentram-se, majoritariamente, em regiões com forte presença da agricultura familiar e da produção de tabaco, caracterizadas por comunidades rurais dispersas, limitações de acesso a serviços e influência de dinâmicas culturais relacionadas ao trabalho no campo. A definição dos territórios de atuação considera critérios como a presença de famílias produtoras, a identificação de vulnerabilidades sociais e a necessidade de fortalecimento da rede local de proteção. Atualmente, o programa está presente em diversos municípios do estado, com diferentes momentos de ingresso, conforme apresentado a seguir:



A presença em múltiplos municípios, com diferentes tempos de implementação, reforça o caráter contínuo e escalável do programa, permitindo não apenas a ampliação do alcance das ações, mas também o fortalecimento das redes locais de proteção e o aprofundamento das estratégias de prevenção ao trabalho infantil no meio rural.

5. Público-alvo e engajamento

O programa ARISE possui um público-alvo diverso e complementar, estruturado de forma a atuar de maneira integrada sobre diferentes dimensões do problema do trabalho infantil no meio rural. A iniciativa contempla beneficiários diretos e indiretos, envolvendo crianças, adolescentes, famílias, educadores e atores institucionais.

5.1 Crianças e adolescentes do meio rural

Crianças e jovens matriculados em escolas parceiras, residentes em comunidades rurais produtoras de tabaco, que participam de atividades de contraturno escolar adaptadas à realidade local, como oficinas de informática, robótica, esportes, música, dança e educação ambiental. Essas ações contribuem para a permanência na escola, o desenvolvimento de competências e a redução da exposição ao trabalho infantil.

5.2 Mulheres e jovens rurais

Mulheres e jovens vinculados a famílias produtoras, participantes de iniciativas de capacitação voltadas ao empreendedorismo, à gestão da propriedade e à diversificação produtiva, incluindo cursos como gestão rural, panificação e confeitaria. O programa também apoia projetos de jovens rurais para impulsionar a inovação, sustentabilidade e sucessão nas propriedades de agricultura familiar, através do Programa Jovem Empreendedor Rural. As ações buscam fortalecer a autonomia

econômica, ampliar as fontes de renda e promover o empoderamento feminino e jovem no meio rural.

5.3 Professores e comunidade local

Educadores e membros da comunidade envolvidos em ações de sensibilização, capacitação e acesso a materiais educativos, voltadas à identificação e prevenção do trabalho infantil. Essas iniciativas contribuem para o fortalecimento da chamada rede de proteção, composta por atores locais responsáveis pela garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

5.4 Poder público e parceiros institucionais

Representantes de prefeituras, secretarias municipais e organizações parceiras, envolvidos na implementação do programa por meio de termos de cooperação e articulação institucional. Destaca-se a parceria com a Associação Gaúcha Pró-Escolas Famílias Agrícolas (AGEFA), incluindo as Escolas Famílias Agrícolas de Santa Cruz do Sul (EFASC) e de Vale do Sol (EFASOL), que contribuem para a formação de jovens e para a promoção da permanência qualificada no meio rural.

6. Formas de articulação e participação do público beneficiado

A articulação do programa ARISE é estruturada de forma territorial e colaborativa, garantindo a participação ativa do público beneficiado e de atores locais em todas as etapas do projeto. Essa abordagem fortalece o vínculo com as comunidades, amplia a aderência das ações e contribui para a construção de soluções alinhadas às realidades locais.

O planejamento é realizado a partir de escuta ativa junto às escolas e comunidades, permitindo identificar necessidades, interesses e fatores de

vulnerabilidade. Esse processo é conduzido em articulação com o poder público municipal, especialmente secretarias de educação, que apoiam a definição das escolas e comunidades atendidas, bem como a organização logística e institucional das ações. A formalização das parcerias por meio de termos de cooperação assegura governança local, corresponsabilidade e continuidade.

Na execução, os diferentes públicos participam de forma ativa das ações propostas. Crianças e adolescentes integram oficinas de contraturno escolar adaptadas ao contexto local, enquanto professores e comunidade participam de capacitações e atividades de sensibilização sobre o trabalho infantil. Paralelamente, mulheres e jovens do meio rural são envolvidos em iniciativas de capacitação voltadas à geração de renda e ao fortalecimento da autonomia econômica. A implementação ocorre em parceria com municípios e organizações locais, incluindo instituições educacionais do território, quando aplicável.

A avaliação e melhoria contínua são conduzidas por meio do monitoramento de indicadores, da coleta sistemática de feedback de participantes e da realização de reuniões periódicas com escolas e municípios. Esse processo permite ajustes contínuos nas ações, garantindo sua efetividade, aderência cultural e evolução ao longo dos ciclos.

7. Metodologia

A metodologia é estruturada em ciclos anuais ou semestrais, organizados de forma integrada a partir de três pilares: Educação e Conscientização, Empoderamento Socioeconômico e Legislação e Regulamentação. Sua implementação ocorre por meio de uma lógica territorial e colaborativa, em parceria com municípios, escolas e

organizações locais, assegurando aderência às realidades e necessidades de cada comunidade.

O programa adota um modelo de governança compartilhada, no qual a JTI é responsável pela coordenação estratégica, financiamento e monitoramento das ações, enquanto municípios e parceiros locais atuam na operacionalização, mobilização dos públicos e articulação da rede de proteção. Essa divisão de responsabilidades contribui para a efetividade das ações e para a sustentabilidade do programa ao longo do tempo.

A execução é organizada em três fases complementares. A primeira fase, de planejamento e mobilização, envolve o alinhamento institucional com o poder público, a definição das comunidades atendidas, o diagnóstico local e a organização operacional das atividades, incluindo cronograma, logística e mobilização dos participantes.

A segunda fase corresponde à execução das ações, que se desenvolvem de forma integrada aos três pilares. No pilar de Educação e Conscientização, são realizadas oficinas de contraturno escolar e ações de sensibilização voltadas a estudantes, educadores e comunidade. No pilar de Empoderamento Socioeconômico, são promovidas iniciativas de capacitação e geração de renda, com destaque para a participação de mulheres e jovens rurais. Já no pilar de Legislação e Regulamentação, o programa atua na articulação com municípios e parceiros para o fortalecimento da governança local e dos mecanismos de prevenção ao trabalho infantil.

A terceira fase contempla o monitoramento, avaliação e ajuste das ações, por meio do acompanhamento de indicadores, coleta de feedback dos participantes e

revisão periódica das estratégias. Esse ciclo contínuo de aprendizagem permite aprimorar as ações, garantindo qualidade, efetividade e adaptação às especificidades de cada território.

8. Continuidade do case

A continuidade do ARISE é sustentada por uma estratégia baseada na atuação territorial, na articulação com parceiros locais e no fortalecimento de capacidades comunitárias, favorecendo a evolução permanente das ações. A institucionalização ocorre por meio de parcerias com municípios, especialmente prefeituras e secretarias de educação, garantindo governança local, corresponsabilidade e integração das atividades ao calendário escolar.

Nas comunidades atendidas, as ações são desenvolvidas com planejamento participativo e ajustes contínuos, assegurando aderência às demandas locais e engajamento dos estudantes. Paralelamente, a capacitação de educadores, lideranças e comunidade fortalece a conscientização sobre o trabalho infantil e amplia a capacidade de replicação das práticas preventivas.

A sustentabilidade do programa também é reforçada pela atuação conjunta com organizações educacionais e Escolas Famílias Agrícolas, além do monitoramento contínuo de indicadores e feedbacks, que orientam aprimoramentos ao longo dos ciclos. Esse conjunto de fatores permite ao ARISE consolidar um modelo escalável, baseado em diretrizes comuns e adaptável às especificidades de cada território.

Presente no Brasil desde 2012, o ARISE integra a agenda estratégica de impacto social da JTI, que mantém o compromisso com a continuidade e expansão do programa nos próximos anos. O planejamento estrutural e orçamentário para

novos ciclos já contempla a identificação de municípios prioritários para ampliação da iniciativa.

9. Orçamento

A execução é viabilizada por meio de investimento social corporativo, aliado à mobilização de recursos humanos e parcerias institucionais, garantindo a sustentabilidade e a efetividade das ações. O investimento no Rio Grande do Sul em 2025 foi de R\$ 402.563,89, alocado entre os três pilares de atuação do programa.

A distribuição dos recursos reflete a priorização de ações preventivas e estruturantes, com foco na educação e no fortalecimento das comunidades. Educação e Conscientização R\$238.129,69; Empoderamento Socioeconômico R\$84.434,20; Legislação e Regulamentação R\$80.000,00. No período relatado o programa contou com uma equipe multidisciplinar de 13 pessoas, composta por colaboradores da empresa, profissionais contratados e parceiros institucionais, atuando de forma integrada no planejamento, execução e monitoramento das ações.

9.1 Parcerias institucionais

A execução do ARISE é sustentada por uma rede de parcerias locais, fundamentais para a articulação territorial e a efetividade das ações. Dez prefeituras e secretarias municipais atuam na mobilização das comunidades, no apoio logístico, na governança local e na formalização das parcerias. Doze escolas contribuem com a mobilização dos estudantes, a disponibilização de espaços e a integração das atividades ao calendário escolar. Organizações do território, como a Associação Gaúcha Pró-Escolas Famílias Agrícolas (AGEFA) — parceira do programa há mais

de 10 anos — e as Escolas Famílias Agrícolas atuam na cooperação técnica, na identificação de demandas e no fortalecimento da permanência educacional.

10. Indicadores de monitoramento e avaliação

O programa ARISE adota um conjunto estruturado de indicadores para monitorar sua implementação e avaliar seus resultados, permitindo o acompanhamento contínuo das ações e a mensuração de seus impactos nas comunidades atendidas. Esses indicadores estão organizados em dois níveis complementares.

Os indicadores principais estão relacionados aos resultados centrais do programa e incluem: a participação de membros da comunidade, agricultores e professores em ações de conscientização sobre trabalho infantil; o número de famílias com aumento de renda a partir das iniciativas de empoderamento socioeconômico; o fortalecimento de políticas públicas e instrumentos governamentais; e a identificação e proteção de crianças e adolescentes em situação de risco, com sua inserção ou permanência no sistema educacional.

Já os indicadores de suporte, por sua vez, permitem avaliar o alcance e a efetividade das ações, contemplando o percentual de participação de produtores e suas famílias nas atividades do programa, o número e a proporção de escolas beneficiadas, o nível de conscientização de pais e responsáveis quanto à importância da educação, e o número de comunidades apoiadas na implementação e no monitoramento de ações de prevenção ao trabalho infantil.

11. Impactos e benefícios

Para além dos resultados quantitativos, o programa ARISE gera impactos qualitativos relevantes nas comunidades atendidas, promovendo mudanças de comportamento, fortalecimento de capacidades locais e redução de fatores de risco associados ao trabalho infantil. Esses impactos são identificados por meio de instrumentos de monitoramento, como pesquisas de percepção, registros de participação e feedback de beneficiários e parceiros.

11.1 Impactos diretos

Os impactos diretos estão relacionados às transformações percebidas junto aos públicos atendidos, especialmente crianças, adolescentes e famílias. Entre os principais resultados, destacam-se o fortalecimento da proteção de crianças e adolescentes, com redução do tempo ocioso e maior vínculo com a escola; o desenvolvimento de competências cognitivas, socioemocionais e técnicas por meio das oficinas; e o aumento do engajamento escolar.

Também se observa a ampliação da conscientização de educadores, famílias e comunidade sobre os riscos do trabalho infantil e seus mecanismos de prevenção, bem como o fortalecimento das capacidades produtivas e de gestão, especialmente entre mulheres e jovens rurais, contribuindo para a diversificação de renda, autonomia e protagonismo no meio rural. Outro aspecto relevante é o despertar e fortalecimento da sucessão rural que prepara as novas gerações para liderar o campo com inovação, sustentabilidade e propósito.

Um exemplo desse impacto é a criação da agroindústria Delícias da Colônia, no distrito de Coloninha, em Arroio do Tigre/RS. Criada em 2020 com suporte do

ARISE e da JTI, a iniciativa reúne mulheres rurais que seguem atuando de forma organizada na geração de renda e no fortalecimento do desenvolvimento local.

11.2 Impactos indiretos

Os impactos indiretos refletem mudanças estruturais nos territórios, com destaque para o fortalecimento da rede local de proteção, a partir da maior articulação entre escolas, municípios e parceiros. Esse movimento contribui para a qualificação das ações preventivas e para a construção de respostas mais integradas.

Observa-se ainda a melhoria do ambiente comunitário, com maior engajamento de famílias e lideranças locais e valorização da educação como pauta coletiva, além do desenvolvimento de capacidades locais que favorecem a continuidade e replicação das iniciativas. A articulação institucional ampliada também contribui para maior efetividade das ações e sustentabilidade do programa.

11.3 Evidências e meios de verificação

Os resultados e impactos apresentados são sustentados por diferentes instrumentos de monitoramento e registro, que asseguram a rastreabilidade e a confiabilidade das informações, incluindo lista de presença, fichas de inscrição, pesquisas de conscientização, registros fotográficos, materiais pedagógicos, termos de parceria, relatórios de comunicação, documentação operacional e adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Abaixo logo desenvolvido para o programa.





Para além dos números, o impacto na vida dos beneficiados pelo ARISE, está refletido em sonhos e realizações. “O meu maior sonho é continuar buscando conhecimento acadêmico para aplicar no meio rural, com objetivo de otimizar ainda mais a produção e contribuir para o desenvolvimento da agricultura familiar.” Andressa Ellen da Silva, ex-aluna da Escola Família Agrícola de Vale do Sol e premiada pelo Programa Jovem Empreendedor Rural.

“No curso Mulheres em Campo, aprendi a calcular meus produtos para vender na comunidade e, depois disso, eu e minhas amigas já participamos de feiras em Gramado Xavier. Hoje eu posso afirmar que me sinto ainda mais valorizada como mulher rural e empreendedora”. Inês Juciele de Freitas Raasch, participante de Mulheres em Campo, Gramado Xavier.

“O Programa ARISE foi fundamental para viabilizar o Programa de Aprendizagem Profissional Rural da EFASC, que já beneficiou 145 jovens de comunidades rurais do Vale do Rio Pardo, ampliando oportunidades, dignidade e

perspectivas de futuro.” Adair Pozzebon, Coordenador Institucional da EFASC, Santa Cruz do Sul.



12. Conclusão

O programa ARISE evidencia que a prevenção do trabalho infantil no meio rural exige mais do que ações pontuais: requer uma abordagem integrada, contínua e territorializada, capaz de atuar simultaneamente sobre educação, condições socioeconômicas e articulação institucional. Ao combinar oficinas de contraturno, ações de conscientização, capacitação para geração de renda e fortalecimento da rede local de proteção, o programa enfrenta as causas estruturais do problema e promove transformações sustentáveis nas comunidades atendidas.

No Rio Grande do Sul, entre 2012 e 2025, o programa alcançou resultados expressivos junto a esses públicos, impactando mais de 6.700 crianças e adolescentes, atuando em 17 municípios, envolvendo 459 mulheres e jovens rurais

em iniciativas de empreendedorismo e promovendo a conscientização de mais de 60 mil professores, famílias e membros da comunidade sobre a prevenção do trabalho infantil.

Os resultados alcançados ao longo de mais de uma década de atuação no Rio Grande do Sul demonstram a efetividade desse modelo, tanto em termos quantitativos — com ampla capilaridade e alcance — quanto qualitativos, evidenciados pelo maior engajamento escolar, desenvolvimento de competências, fortalecimento do vínculo entre escola e comunidade e ampliação da conscientização sobre os riscos do trabalho infantil.

Mais do que um conjunto de ações, o ARISE se consolida como um modelo de atuação que articula diferentes atores e fortalece capacidades locais, promovendo corresponsabilidade e sustentabilidade. Sua metodologia, baseada em planejamento participativo, governança territorial e monitoramento contínuo, permite a adaptação às especificidades de cada contexto sem perder consistência.

Nesse sentido, o programa se apresenta como uma solução replicável e escalável para territórios com desafios semelhantes, contribuindo para a proteção dos direitos de crianças e adolescentes e a construção de comunidades mais conscientes, estruturadas e comprometidas com a redução do trabalho infantil. Ao investir em educação, oportunidades e articulação comunitária, o ARISE contribui para romper ciclos de vulnerabilidade e construir, de forma concreta, um futuro mais justo para crianças e adolescentes no meio rural.

Bibliografia

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Manual de perguntas e respostas sobre trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador*. Brasília: MTE, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. *Relatório nacional: Semana da Escuta das Adolescências nas Escolas*. Brasília: MEC, 2024.

CASTRO, Mary Garcia. *Mulheres rurais: reprodução social, direitos e políticas públicas*. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2019.

FAO. *FAO framework on ending child labour in agriculture* [Estrutura da FAO para a erradicação do trabalho infantil na agricultura]. Roma: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2020.

FNPETI. *Agenda 2030 e trabalho infantil*. Brasília: Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, 2017.

OIT; UNICEF. *Trabalho infantil: estimativas globais 2020, tendências e o caminho a seguir*. Genebra: Organização Internacional do Trabalho, 2021.

UNICEF. *Perspectivas e percepções sobre trabalho infantil na iniciativa Crescer com Proteção*. Brasília: UNICEF, 2018.

VICENTE, Aparecido Renan; ALVES, Nathaly Martinez; LEÃO, Andreza Marques de Castro. Trabalho infantil no Brasil: a importância das políticas públicas para sua erradicação. *Revista Educação*, Santa Maria, v. 50, 2025.

Informações dos autores:

Cristina Quatke - Advogada, Gerente de Assuntos Corporativos e Comunicação com MBA em Comunicação Estratégica, Gestão, Business Law, Vice-Presidente de Responsabilidade Social no Sinditabaco, atuando em Comitês de Ética & Compliance, Privacidade e Assuntos Corporativos.

Sirlei Aparecida Kloppel - Ecóloga, com especialização em Sustentabilidade, Agroecologia e MBA em ESG. Supervisora de Projetos ESG no agronegócio, com forte conexão ao campo e atuação em iniciativas nos pilares Ambiental, Social e Governança.

Marco Aurélio Dreyer de Andrade Silva - Engenheiro Eletricista Eletrônico com MBA, especialista em sustentabilidade e ESG, mais de 20 anos em multinacionais do tabaco, liderando operações e projetos no Brasil, Suíça, Malásia e Argentina, com foco estratégico.